



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2025 a 30/06/2025

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/9

101.2025	Sessão Ordinária - CD	10/06/2025-16:08
Publ.: DCD - 11/06/2025 -	Jorge Solla-PT -BA	
BREVES COMUNICAÇÕES		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou indignação com a resistência da elite econômica à proposta de reforma do Imposto de Renda discutida na Câmara. Informou que o objetivo é isentar quem ganha até cinco mil reais mensais, desde que os 130 mil brasileiros mais ricos passem a contribuir com uma alíquota máxima de 10%. Criticou a disparidade no sistema tributário, em que trabalhadores assalariados pagam até 27,5% enquanto lucros e dividendos não são taxados. Defendeu justiça fiscal e cobrou maior contribuição dos mais ricos para aliviar a carga sobre os que ganham menos.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente.

Eu queria registrar que nós estamos participando da Comissão que está discutindo a mudança no Imposto de Renda.

Registro, Presidente, também a nossa indignação com a elite econômica deste País. Estão movendo tudo o que podem para impedir que 130 mil brasileiros passem a pagar imposto. Vou repetir: para que quem ganha até 5 mil reais seja isento, basta que os 130 mil brasileiros mais ricos, Deputado Zé Neto, paguem pelo menos alguns impostos, com a alíquota máxima de 10% — os assalariados pagam até 27,5%.

O Brasil é, provavelmente, o único País onde os trabalhadores pagam mais imposto do que o dono da empresa. Não é taxado lucro, não é taxado dividendo. E o que está se propondo, vou repetir, é que quem ganha mais neste País pague no máximo 10% de Imposto de Renda para liberar da cobrança quem ganha menos.

Peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



Documento 2/9

101.2025 Sessão Ordinária - CD 10/06/2025-16:20
Publ.: DCD - 11/06/2025 Zé Neto-PT -BA

BREVES
COMUNICAÇÕES

Sumário

O Deputado defendeu as propostas apresentadas pelo Ministro Fernando Haddad como alternativas ao aumento do IOF e criticou a pressão exercida pelo mercado financeiro sobre o Congresso. Destacou que a responsabilidade pela busca do equilíbrio fiscal deve ser compartilhada, e cobrou dos colegas Parlamentares que, em vez de apenas criticar, apresentem soluções concretas. Também elogiou a postura do Presidente da Câmara, Hugo Motta, classificando-a como cautelosa e responsável. Ao concluir, ressaltou avanços econômicos como a queda da inflação, a redução do desemprego e a aprovação da reforma tributária como sinais positivos para o País.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as alternativas ao aumento do IOF que foram apresentadas pelo Ministro Haddad para Líderes desta Casa e os Presidentes tanto da Câmara como do Senado tocam no andar de cima. E quem tem se mobilizado nesta Casa para deter qualquer forma de substituição das medidas do IOF, inclusive para buscar alcançar o déficit primário, reduzir e fazer com que tenhamos, no fim do ano, um PIB com 3%, aproveitar esse embalo da inflação, reduzindo a inflação, como hoje foi anunciado, quem está por trás de tudo isso é o mercado financeiro. Só que cabe a esta Casa saber de que lado está.

Vejo a fala do Presidente Hugo como uma fala equilibrada. Ele foi cauteloso. Não vi nenhuma fala de confronto com o Governo, vi uma fala de cautela para tratar a questão do IOF com a responsabilidade com que tem que ser tratada. Se quisermos aqui zerar o déficit primário, esta Casa — que, aliás, tem muita força, tem força para derrubar Presidenta, tem força para aumentar valor de emenda, tem força para muita coisa — tem que apresentar uma solução e não só ficar contra, como alguns aqui ficam, apenas a apresentar as suas insatisfações, mas não apresentam as soluções necessárias.

Portanto, nós temos que pensar no andar de cima ou no andar de baixo ou no andar intermediário? Alguns estão defendendo aqui 1% da população e defendendo o mercado financeiro e seus interesses, mas nós estamos mostrando que este País tem jeito. Olhem a inflação sendo reduzida, olhem o desemprego chegando aos seus menores índices, olhem o caminho de progresso que este Brasil está trilhando! E olhem que nós estamos enfrentando dificuldades para encontrar um caminho para a economia. Acabamos de aprovar, há poucos meses, a reforma tributária e sua regulamentação. Esta Casa



deu um exemplo grande para o Brasil, grande, e agora haverá de dar de novo!

Agora à noite, Sr. Presidente, participarei de uma reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, da qual sou Vice-Presidente. E lá vou dizer a mesma coisa. Há alguém insatisfeito? Há, mas vamos apresentar soluções para o Brasil.

Documento 3/9

103.2025	Sessão Ordinária - CD	11/06/2025-16:40
Publ.: DCD - 12/06/2025 -	Sidney Leite-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou as gestões municipais de Uarini e São Paulo de Olivença, no Amazonas, destacando avanços em infraestrutura, saúde, educação e desenvolvimento econômico. Ressaltou a melhoria no Índice de Saúde de Uarini (AM), que subiu do 47º para o 9º lugar no Estado. Criticou a interrupção do debate com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na Câmara, e cobrou esclarecimentos sobre a regulamentação da redução de incentivos fiscais, tema da Emenda à Constituição nº 109, de 2021. Também questionou o impacto da política de juros altos e a ausência de definições sobre os fundos de participação de Estados e Municípios após a reforma tributária. Defendeu a continuidade das discussões para garantir recursos para a educação e combater as desigualdades sociais no Brasil.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se possível, eu gostaria que fosse agregado ao meu tempo de Líder o tempo das Breves Comunicações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero parabenizar o Prefeito Marcos e a Vice-Prefeita Kelly, do Município de Uarini, que, nesses 5 meses à frente da administração municipal, estão fazendo uma verdadeira revolução, com entrega e ampliação de escolas, investimento no sistema viário e no setor da farinha de mandioca, que é conhecida nacionalmente como a melhor farinha de mandioca do Brasil, e — não só isso! — também com avanços significativos na saúde. No último quadrimestre, o Município de Uarini saltou do 47º lugar para o 9º lugar... Isso é fruto da seriedade, da transparência e do comprometimento com a população.

Quero também, desta feita, parabenizar o Prefeito Gibe Martins, do Município de São Paulo de Olivença. A cada estada naquele Município, constato a mudança e a transformação para melhor na vida das pessoas, com avanço na melhoria da qualidade de vida, com investimento nas áreas urbana e rural e nas



áreas indígenas e também com reestruturação do setor produtivo do agronegócio.

Parabéns aos municípios de São Paulo de Olivença e ao Prefeito Gibe!

Sr. Presidente, passo a tratar de outro tema.

Hoje o Ministro Haddad esteve nesta Casa. Infelizmente, o debate foi interrompido, porque, muitas vezes, o *like* da Internet é mais importante do que discutir o Brasil. E eu fiquei na lista de espera para fazer um questionamento ao Ministro, haja vista que, em 2021, nós votamos a Emenda Constitucional nº 109, que trata da redução dos incentivos fiscais, e o projeto de lei que trata do tema está nesta Casa — trata-se do Projeto de Lei nº 3.203, de 2021, que está na Comissão de Finanças e Tributação.

Eu sou o Relator da matéria, e nós estamos aguardando que o Governo Federal, especificamente o Ministério da Fazenda, encaminhe os dados necessários para que possamos relatar o projeto, a fim de regulamentarmos a PEC e, nesse sentido, começarmos a diminuir os incentivos fiscais, que hoje, no Brasil, são da ordem de 536 bilhões de reais.

Outro questionamento é: qual é o posicionamento do Ministério da Fazenda a esse respeito? Isso não sai em página nenhuma de jornal nem no noticiário da tevê, do rádio ou da Internet. Como será tratada a questão dos juros, haja vista que essa política de juros altos o Banco Central tem adotado não mais como instrumento para baixar ou segurar a inflação — isso teria que ser feito num período curto? O povo brasileiro pagou, no ano passado, 950 bilhões de serviço da dívida pública. Isso é um absurdo para um País extremamente desigual como é o Brasil, onde milhões de pessoas, Deputada Lídice da Mata, estão abaixo da linha da pobreza.

Eu considero lamentável que, quando o Ministro da Fazenda vem a esta Casa para nós discutirmos os problemas reais do povo brasileiro, nós tenhamos que ser interrompidos, porque o *like* da Internet é mais importante do que a vida do trabalhador, da mulher, da juventude e dos idosos deste País. Mas nós não vamos parar de trabalhar e lutar. Se alguns não têm compromisso para com a causa da vida do povo brasileiro, do desenvolvimento econômico deste País, há Parlamentares, Deputados e Deputadas, que o têm.

Nesse sentido, é importante também que a gente tenha clareza, Deputada Lídice, acerca de quando o Governo vai encaminhar para cá a lei que vai regulamentar a questão dos fundos após a alteração decorrente da reforma tributária. Senão, vejamos: com a reforma tributária do consumo, o IPI foi extinto. Como ficará a composição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios? Como ficará a composição de recursos do Fundo de Participação dos Estados? E, consequentemente, como ficará o Fundeb, Deputada Fernanda? Sem o FPM, sem o FPE, na maioria dos Municípios e dos Estados brasileiros, com certeza, haverá uma diminuição significativa desse fundo, que é, sem dúvida nenhuma, um grande avanço e uma conquista daqueles que têm



compromisso para com a educação neste País, como também são os fundos de compensação, frutos da reforma tributária votada neste Parlamento.

Nós vamos continuar cobrando isso, até porque devemos fazê-lo ainda este ano, haja vista que, a partir de 1º de janeiro do ano vindouro, já terá início a implantação do sistema simplificado previsto na reforma tributária no consumo, com IBS, CBS e o modelo do IVA — que eu não tenho dúvida de que é uma grande conquista, Presidente Charles, para o povo brasileiro, seja do ponto de vista da transparência, seja do ponto de vista do efetivo combate à sonegação fiscal, seja do ponto de vista da simplificação tributária, do *cashback* e da cesta básica desonerada para trabalhadores e trabalhadoras.

Dito isso, Sr. Presidente, quero ressaltar o empenho desta Casa. Sem dúvida nenhuma, aqui foi gestada essa reforma tributária e aqui ela foi aprovada, para que o Brasil fosse uma das últimas economias em escala, em volume populacional e em volume econômico do mundo a adentrar nesse modelo simplificado tributário. Eu não tenho dúvida de que o PIB, o emprego e a renda no nosso País vão crescer.

Agradeço a V.Exa. e solicito que a minha fala seja divulgada nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 4/9

103.2025	Sessão Ordinária - CD	11/06/2025-16:20
Publ.: DCD - 12/06/2025	Bacelar-PV -BA	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a política econômica do Governo Bolsonaro, acusando-o de deixar um calote de R\$ 30 bilhões no ICMS dos Estados e um rombo de R\$ 90 bilhões em precatórios, problemas que foram solucionados pelo atual Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Condenou a venda da Eletrobras e o esvaziamento da Petrobras, apontando prejuízos ao Tesouro Nacional. Destacou que o País voltou a crescer, com 3 milhões de empregos formais, aumento da renda acima da inflação e redução da pobreza. Além disso, celebrou o lançamento do maior Plano Safra da história e a aprovação da reforma tributária. Por fim, criticou a Oposição por defender privilégios fiscais aos bilionários.

O SR. BACELAR (Bloco/PV - BA. Sem revisão do orador.) - Deputado Charles Fernandes, que preside esta sessão, Sras. e Srs. Parlamentares, eu



gostaria de lembrar, bem rapidamente, que, quando assumimos o Governo, em 2023, havia um calote no ICMS dos governos estaduais de 30 bilhões de reais, fruto da irresponsabilidade do Sr. Jair Bolsonaro na política dos combustíveis — 30 bilhões de reais! Haddad pagou. Logo em seguida, o calote nos precatórios, o rombo dos precatórios, 90 bilhões de reais, pela irresponsabilidade do Sr. Paulo Guedes e do Sr. Jair Bolsonaro — 90 bilhões de reais —, e Haddad pagou. E o que dizer da venda da Eletrobras? Venderam a Eletrobras, bacia das almas, um dos maiores crimes contra o Tesouro Nacional e contra o patrimônio nacional. Depenaram a Petrobras! Foram 200 bilhões de dividendos, Deputado João — 200 bilhões de dividendos!

Depois do desastre que foi a condução econômica e a condução do País por um Presidente que não governava, por um Presidente que terceirizou as suas obrigações através das emendas parlamentares, nós hoje podemos dizer que o Brasil voltou a crescer e crescer a 3% ao ano. A renda do trabalhador está acima da inflação; 3 milhões de empregos foram criados com carteira assinada; houve a redução da fome, mais de 15 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza; e o maior Plano Safra da história. Aqui ninguém diz que agro é fascista. Foi o maior Plano Safra da história em 2024 e 2025, mostrando o quanto este Governo apoia o agro. Tivemos 1 trilhão na redução do risco fiscal, a maior e única reforma tributária feita neste País durante o regime democrático.

Agora, o que os Deputados de oposição defendem é que nós classe média continuemos a pagar cerca de 27% de alíquota de Imposto de Renda, e os bilionários deste País paguem por ano apenas 2,5%. É isto que eles defendem: os bilionários deste País.

Documento 5/9

103.2025 Sessão Ordinária - 11/06/2025-21:56
CD

Publ.: DCD - 12/06/2025 | Evair Vieira de Melo - PR - ES

-

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO

DE

Sumário

O Deputado criticou o Governo Lula, acusando-o de aprofundar a pobreza no País e de conduzir o Brasil à miséria. Também criticou o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a quem chamou de "o pior Prefeito do Brasil", rechaçando sua atuação à frente da Prefeitura de São Paulo e no comando da economia. Além disso, afirmou que o PT sempre foi contrário às reformas estruturantes, como a da Previdência e a trabalhista, aprovadas em governos anteriores, e rejeitou a narrativa de que o atual Governo tenha protagonizado a reforma



tributária.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, que noite triste!

O Governo Lula, que havia prometido retirar as pessoas da linha da pobreza, retirou-as de lá e as está levando para a miséria. Ele disse que gostava tanto de pobre que nos convenceu: está produzindo mais pobres. Oh, homenzinho de palavra esse tal de Lula, hein?

E ele traz para o Ministério da Fazenda um homem que conseguiu um fato incrível: ser o pior Prefeito do Brasil, administrando a cidade que tem o terceiro maior orçamento da República. Os indicadores e os resultados produzidos pelo Sr. Haddad na Prefeitura de São Paulo são horríveis, são deploráveis, não são dignos! São Paulo deveria, inclusive — não sei se existe um quadro dele na Prefeitura —, pegar os documentos da sua época e retirá-los da história. São Paulo não merece ter no seu currículo um Haddad como Prefeito.

Aí ele assume o Ministério da Fazenda. Um homem mentiroso, um homem falso, dissimulado! Veio dizer que aprovou a reforma tributária. Lave a cara, Haddad! Lave a boca para dizer um negócio desses! As vinte reformas que nós votamos neste plenário durante o Governo Michel Temer e o Governo Bolsonaro — cito a reforma da Previdência, a trabalhista, a ferroviária, a que deu autonomia ao Banco Central — o PT, o PSB, o PDT e o PSOL sempre votaram contra! Esse texto da reforma tributária — acerca do qual eu tenho muitos questionamentos —, desde o Governo Temer estava sendo trabalhado, assim como o trabalhamos no Governo Bolsonaro. Nós só não votamos uma reforma tributária decente por causa da pandemia.

E o Haddad veio hoje a uma Comissão da Casa e disse que as *big techs* fizeram com que o Deputado Nikolas Ferreira tivesse 300 milhões de visualizações do seu vídeo.

Ah, Haddad, conte outra! Conte outra! Vocês sempre foram contra as reformas, vocês sempre foram contra as mudanças estruturais! Vocês se arrepiam, tremem de medo, quando se fala de reforma administrativa, porque vocês não contratam funcionários públicos; contratam militantes!

Portanto, nós não podemos admitir isso em hipótese alguma.

E, só para finalizar, o Governo Lula já gastou com diárias e passagens aéreas 1 bilhão de reais.

Vai vendo, Brasil!



108.2025 Sessão Ordinária - CD 17/06/2025-19:04
Publ.: DCD - 18/06/2025 Paulão-PT -AL

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a não criação de um imposto voltado à tributação de grandes fortunas. Informou que o sistema tributário brasileiro penaliza os mais pobres e beneficia a elite econômica, que, de acordo com ele, exerce forte influência política, inclusive por meio de ex-parlamentares como Eduardo Cunha. Destacou que apenas ele, entre os nove Deputados da bancada de Alagoas, votou com o Governo em temas orçamentários recentes. Criticou a falta de disposição da Câmara para debater a reforma tributária de forma estrutural, especialmente em relação a subsídios ao agronegócio e privilégios do alto funcionalismo. Também denunciou a aprovação de medidas que beneficiam termelétricas desnecessárias, mesmo com o aumento das chuvas no Nordeste, e afirmou que a sociedade arca com os custos desse modelo.

O SR. PAULÃO (Bloco/PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, esta Casa, infelizmente, desde a semana passada, fez um boicote para não criar o IOF, o imposto que poderia tributar, principalmente, as grandes fortunas.

O Brasil tem um modelo tributário que é o mais injusto. O direito tributário discute o processo em que a fonte geradora é o consumo. Então, quem primeiro paga imposto no Brasil é o pobre; em segundo lugar, a classe trabalhadora; em terceiro, a classe média. A elite brasileira não paga.

Nesta Casa, por haver corte orçamentário, o Governo perde de forma estrondosa. No meu caso mesmo, de uma bancada de nove Deputados, o único que votou a favor do Governo fui eu — de nove!

Esta Casa não quer fazer essa discussão. Infelizmente, o rentismo, as grandes fortunas, estão fazendo *lobby* pesado fora desta Casa, a exemplo do ex-Deputado Eduardo Cunha, que tem uma mansão no Lago Sul, e faz *lobby*, influencia o Congresso Nacional. Isso é uma vergonha para a Câmara.

Enquanto isso, faltam recursos, sim. Foi por isso que houve um corte momentâneo. A gente tem que ter a coragem de fazer o debate da reforma tributária e tributar o andar de cima. Mas, infelizmente, a correlação de forças não permite. O próprio Presidente da Casa, em quem nós votamos, que tinha uma postura fleumática, de repente, agora está duro, fazendo defesa da Faria Lima, dizendo que tem que haver corte de gasto.



Que corte de gasto? Dos privilégios dos Poderes, de funcionários que recebem mais de 100 mil reais? Esta Casa não tem coragem de fazer o devido reparo nem de discutir o subsídio ao agronegócio, na ordem de 800 bilhões de reais. Essa é a grande discussão.

Hoje mesmo passou um "jabuti" para proteger as termelétricas, que não necessitam ser usadas, principalmente agora que o Nordeste tem chuva. Mas o *lobby* das termelétricas é muito grande. O ex-S da antiga OAS continua com *lobby* nesta Casa. E quem paga, no final, esse valor alto do setor elétrico para as termelétricas é a sociedade, de forma geral.

Então, eu espero que esta Casa tenha responsabilidade e enfrente a discussão, fazendo com que os poderosos, o andar de cima, a elite, paguem imposto no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se possível, gostaria que este meu pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 7/9

13.2025.N	Sessão Ordinária - CD	17/06/2025-13:20
Publ.: DCN - 18/06/2025	Bohn Gass-PT -RS	
-		
BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

O Deputado afirmou que o Governo Lula recolocou o Brasil como referência internacional ao alcançar crescimento econômico superior a 3%, reduzir o desemprego e retomar a política industrial. Além disso, destacou que a atual gestão quitou cerca de R\$100 bilhões em precatórios e compensou Municípios e Estados pelo calote do ICMS herdado do Governo anterior. Também defendeu a reforma tributária para corrigir a desigualdade que faz pobres pagarem mais impostos que ricos. Citou renúncias fiscais de R\$800 bilhões concentradas em 10% dos beneficiários e supersalários de 42,5 mil servidores que ultrapassaram o teto constitucional, custo estimado em R\$11 bilhões. Por fim, pediu aprovação de projeto que isentaria rendas até R\$5 mil e aumentaria a taxação dos mais altos salários.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – O Brasil do Presidente Lula, junto com o Ministro Haddad... Voltaram a colocar o Brasil como referência internacional, com crescimento



econômico interno, com programas sociais para o povo sair do Mapa da Fome, da fila do osso, que nós tínhamos no Governo passado.

Todos os institutos de análise, Focus, banqueiros, economistas da direita olhavam o Governo passado e projetavam um crescimento econômico para o primeiro ano da eleição do Presidente Lula em menos de 1%, 0,9%, porque talvez imaginavam que continuaria a política nefasta do Governo Bolsonaro; mas felizmente entrou o Presidente Lula e fez novamente ter programas para a política industrial brasileira, retomando a indústria brasileira, retomando a ciência e tecnologia e fazendo a economia crescer. Os números não mentem: mais de 3% de crescimento da economia! O BNDES, que outrora financiava caixa do Governo, passou a financiar indústria e desenvolvimento, ainda com desenvolvimento sustentável na transição energética.

Isto gerou a situação positiva do Brasil de termos um crescimento de 3%, de termos o menor índice de desemprego e de ainda podermos honrar um debate sério com os Prefeitos que, no período do Governo Bolsonaro, fizeram uma... Foi feito com os Prefeitos, na verdade, um verdadeiro calote no tema do ICMS, que vocês todos lembram, quando não foi feita a cobrança do ICMS sobre combustíveis. São R\$30 bilhões que deixaram de estar nos cofres dos municípios e dos estados. O que fez o Presidente Lula? Foi gestão péssima do Governo anterior, mas ele honrou e repassou para os Prefeitos este valor.

E aí eu ouço falar de déficit do atual Governo. Foi um calote deixado pelo Governo passado! O Haddad tem toda a razão! Praticamente R\$100 bilhões nos precatórios não haviam sido pagos e também foram pagos neste Governo. Então, nós temos mais de R\$100 bilhões pagos por este Governo por um desgoverno passado, quando a economia não crescia, não tinha emprego, e o povo vivia na miséria.

Agora, quando o Presidente Lula e quando o Ministro Haddad dizem que nós temos uma grande injustiça nos tributos deste país, em que os pobres pagam mais que os ricos, sendo que muitas vezes os ricos não recolhem tributação, nós trabalhamos na reforma tributária para fazermos justiça. Este Congresso já aprovou uma simplificação, uma unificação tributária para o país poder continuar crescendo, mas crescendo em padrões sustentáveis.

Agora, as injustiças tributárias continuam. Nós temos, pelos dados oferecidos pelo próprio Tribunal de Contas da União, renúncias fiscais em torno de R\$800 bilhões. Eu repito: R\$800 bilhões, 8% do PIB. E 75% dessas renúncias vão para apenas 10% de beneficiários. Esta política de incentivo fiscal feita outrora para momentos localizados específicos não deveria se eternizar. E isso é responsabilidade deste Congresso. E esta é a proposta: diminuir essa isenção, porque ela não é geradora de um desenvolvimento sustentável.

Nós temos também os supersalários. Dados do TCU: 42,5 mil servidores ganham mais do que teto constitucional. São R\$11 bilhões que recebem acima do teto.



O Presidente Lula tem um projeto nesta Casa; nós devemos votar esse projeto – são R\$11 bilhões. Por que esta Casa não enfrenta o debate sobre os grandes salários, sobre as renúncias fiscais e o tema que o Lula apresenta e que precisa ser aprovado para o bem de 20 milhões de brasileiros, que é a isenção até R\$5 mil do Imposto de Renda? Mas são R\$27 bilhões que deixarão de ser arrecadados, e precisa-se de um equilíbrio. Então, os mais altos salários pagarão, conforme o projeto, mas a Casa precisa aprovar esse tema.

Então, este é o chamado do Presidente Lula, do Haddad: justiça tributária para o Brasil continuar crescendo, e crescendo gerando desenvolvimento com sustentabilidade, gerando emprego, dando oportunidades, e não fazendo com que a parte de baixo, em que um professor, de R\$1,7 mil, em que um operário, de R\$2 mil, paga mais tributo proporcionalmente a quem tem muito.

E sobre essas taxações esse é o grande debate que nós precisamos fazer. Justiça tributária para o Brasil continuar crescendo com sustentabilidade.

Documento 8/9

13.2025.N	Sessão Ordinária - CD	17/06/2025-17:07
Publ.: DCN - 18/06/2025 -	Gilson Marques-NOVO -SC	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO
		DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a forma como o Congresso Nacional analisou mais de 160 vetos acumulados, tratando temas diversos em bloco e com tempo reduzido para discussão. Apontou a ampliação das emendas parlamentares como uma distorção orçamentária e alertou que sua utilização tem servido para negociar votos. Destacou que as emendas representavam menos de 2% do orçamento em 2006 e passaram a representar 17% em 2025. Afirmou que esse modelo retira recursos da sociedade e centraliza decisões em Brasília (DF), enfraquecendo a autonomia local. Defendeu um modelo tributário que preserve os recursos com a população e criticou o contingenciamento de verbas, que frustra o planejamento de entidades e Municípios. Concluiu com um apelo por mudanças estruturais na forma de distribuição e controle dos recursos públicos.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Caros Deputados, caros Senadores, hoje é um dia interessante, especificamente para analisar os vetos acumulados há vários anos.

Na pauta, eram duas páginas de fonte 8, Senador Girão, desde planejamento Mover, regulação de geofísico, diabetes, zica, inúmeros, inúmeros projetos de temas diferentes. Aí tem que subir à tribuna e, em cinco minutos, discutir mais de 160 itens de temas diferentes. Se não fosse impossível... Impossível é



convencer o outro, e mais impossível ainda é você, durante uma sessão, explicar para o ouvinte que você tem que fazer a discussão e a votação em globo e que, eventualmente, o artigo de um voto, de um ano, você tem que botar na cédula de um jeito diferente do que votou no projeto. É uma loucura, Senador Girão.

Mas um ponto específico aqui que foi objeto de celeuma foi o das emendas parlamentares, Kim Kataguiri. Quanto você quer a mais para sua base? É engraçado porque... O que acontece? Cada Deputado, cada estado, quer abocanhar uma fatia maior de recursos para levar para si próprio e para a sua região. E isso, infelizmente – e falo abertamente –, é utilizado para pagar votos passados ou para chantagear votos futuros.

Esse valor, ainda para aqueles que acham justo, certo e necessário, aumenta, aumenta e aumenta. Em 2006, isso correspondia a menos de 2% do orçamento, agora, em 2025, corresponde a 17% do orçamento discricionário. Como vão aumentar 18 Deputados Federais, pois eu garanto – e podem marcar a data de hoje – que também foi aprovado colocando na lei orçamentária esse adicional para ano que vem. Os Deputados não vão aceitar reduzir o valor, ano que vem vão estar aqui votando, de novo, aumento de valor, assim como se está se aprovando aumento de fundo eleitoral, de fundo partidário e despesas que o valham. Para cada despesa, para cada emenda, o ponto negativo é que isso não é recurso para a sociedade, é recurso retirado da sociedade.

Os políticos são incapazes de dar, comprar, fazer, construir, reformar qualquer coisa sem antes retirar da sociedade uma quantidade de recursos muito maior. É isso. E quando você faz isso, você substitui a vontade da pessoa, do trabalhador, do empreendedor, pela vontade do político.

Eu não estou dizendo que não é importante o político enviar para a sua base a pista de esqueite, a pista de hipismo, um teatro. O fato é que aquela comunidade, muito provavelmente, iria comprar aparelho de raio-X, merenda melhor, sem ter uma decisão centralizada aqui de Brasília.

Em Santa Catarina são 295 municípios. Nós arrecadamos R\$70 bilhões por ano e voltam menos de 20%, sendo que essa relação é inversa em outros estados, que recebem cinco vezes a mais daquilo que arrecadam. Os Parlamentares são a fonte de sustentação dos seus estados de recursos que não são dos seus estados. Isso é um uma inversão completa de valores.

Nós não podemos admitir que, de uma forma crescente, os recursos estejam na mão de legisladores, porque eles vão passar a não ser mais legisladores, o que, aliás, nós já não somos. O Executivo faz aumento e criação de tributo. É aprovada aqui qualquer coisa, o STF revisa. Na verdade, nós estamos fazendo outra coisa, que é uma atividade atípica e que deveria ser excepcional, que é controle de orçamento. E, quando o Parlamentar tem o poder de destinar o que é arrecadado através dos recursos, ele tem um incentivo horrível, que é cada vez mais aprovar mais tributo, porque é ele que tem a vantagem desse recurso,



em prejuízo da população.

Nós precisamos de Senadores e Parlamentares corajosos, que ponham um fim nisso, mesmo que prejudiquem os seus mandatos, que digam: o melhor imposto é aquele que não existe, porque fica no bolso do trabalhador, do empreendedor, para eles resolverem os problemas das suas cidades. Ninguém mais do que eles próprios, ou, então, aquela Câmara de Vereadores, que, infelizmente, hoje só serve para decidir sobre buraco, bueiro, ponto de ônibus... Tudo aqui no Congresso. E agora é praticamente todo o dinheiro.

E pior: agora o Governo, de tanto dinheiro que é, resolveu contingenciá-lo, ou seja, criou-se uma expectativa, as entidades filantrópicas criaram uma expectativa de receber um recurso e o Governo vai contingenciá-lo. Pois melhor que não tivesse, porque não teria o planejamento. Às vezes, até tem compra planejada. Um sistema terrível, que precisa ser alterado o quanto antes.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

Documento 9/9

111.2025

Sessão Ordinária - CD 25/06/2025-13:55

Publ.: DCD - 26/06/2025 - José Guimarães-PT -CE

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO

DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a justiça tributária como caminho para reduzir a desigualdade social no Brasil e criticou os privilégios fiscais concedidos aos mais ricos. Apontou que a carga tributária brasileira é inferior à média da OCDE, mas recai de forma desproporcional sobre a classe média e a população de baixa renda. Destacou a sonegação de R\$ 500 bilhões por ano, as isenções fiscais de R\$ 800 bilhões e os lucros não tributados do setor financeiro e das apostas. Apoiou as recentes medidas do Governo Federal, como a isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a readequação das alíquotas do IOF, com foco na proteção dos mais vulneráveis. Enfatizou que a aprovação da Reforma Tributária e de medidas de ajuste fiscal foram fruto do diálogo entre os Poderes e reiterou a necessidade de enfrentar a concentração de renda para evitar o agravamento das desigualdades.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).



Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

Sem justiça fiscal não haverá redução da desigualdade!

Para início de conversa, a carga tributária no Brasil é menor que a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (formada por 38 países, a maioria da Europa) variando entre 32% a 33%. Nos demais países, entre 34% e 35%. Não é tão elevada quanto se alardeiam.

O problema são os privilégios fiscais dos mais ricos e o impacto da tributação na população de menor renda e em situação de extrema pobreza. É isso que tem que ser resolvido e o Congresso Nacional não pode se negar a ajudar o Brasil a superar essa pendência histórica.

Fazer justiça tributária no Brasil é mexer num vespeiro. Desde a proclamação da República, em 1889, os ricos, os donos da produção de quem trabalha, resistem bravamente a pagar impostos. Os anos se passaram e a mentalidade colonial de muitos permaneceu.

Afinal, quem banca a República no Brasil é a classe média e as pessoas de menor renda, que pagam impostos descontados diretamente na folha de pagamento de salários, nas compras que fazem e nos contratos de prestação de serviços.

O fato é que os ricos não querem pagar impostos, se beneficiam de renúncias fiscais e isenções, sem falar na sonegação tributária, praticada por grande parte deles.

Por exemplo, há cerca de R\$ 1,7 trilhão aplicado em títulos no



mercado financeiro, gerando polpidos lucros e dividendos, sem pagar impostos.

Há mais de R\$ 800 bilhões em renúncias e isenções fiscais, o equivalente a 4,8% do PIB. Ou seja, recursos que a Receita Federal deixa de receber de empresas que não pagam impostos. As bets e as fintechs - entre o que recebem de apostas e o que pagam de prêmios - estão lucrando cerca de R\$ 40 bilhões, sem gerar empregos.

Em recente pronunciamento, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, revelou dados impressionantes sobre a sonegação de impostos no Brasil. Segundo dados da Receita Federal, a sonegação ultrapassou R\$ 500 bilhões por ano e o contencioso tributário chegou à astronômica soma de R\$ 5,5 trilhões. Com apenas 10% desse total zeraríamos o déficit de R\$ 50 bilhões.

E o que se ouve repetido à exaustão são frases surradas como “tem que cortar gastos”, “a conta não fecha”. Evidentemente, a conta não fecha porque não pagam o que devem ao país.

A soma desse imenso volume de recursos sonegados, mais os recursos das isenções e renúncias fiscais, o que se deixou de arrecadar de aplicações no mercado financeiro e dos lucros das bets e fintechs, poderiam estar sendo investidos na erradicação da fome e da pobreza extrema, em saúde pública, em educação de qualidade, na pesquisa científica, na habitação, no transporte e em outras áreas, para redução da desigualdade e alívio do sofrimento da população de menor renda ou em estado de vulnerabilidade social.

O Brasil é o segundo país mais desigual do G-20 com os 10% mais ricos detendo quase 60% da renda nacional. Desigualdade alimentada pelos privilégios de classe, por um sistema tributário injusto, com o peso dos impostos recaindo sobre a classe média e a população de menor renda.

No Brasil, menos de 100 pessoas concentram R\$ 146 bilhões, enquanto dezenas de milhões enfrentam a insegurança alimentar, não tem residência própria e lhes falta acesso a saneamento básico.

Temos que superar essa herança colonial e fazer justiça fiscal: criar meios para que os mais ricos paguem mais e os de menor renda ou sem renda



paguem menos. Quanto menos desequilíbrio fiscal, menos desigualdade.

Outro agravante que precisa ser enfrentado é a irracional política monetária do Banco Central autônomo, que levou o país a ostentar a vergonhosa segunda maior taxa de juros do mundo.

Considerando o atual patamar da taxa Selic, em 12 meses, o Brasil deve pagar inéditos R\$ 1 trilhão de juros até o final do ano. Imagina quanto o sistema financeiro está ganhando e concentrando a renda da população. Aumentar a taxa de juros é multiplicar a dívida pública.

Apesar do governo anterior ter furado o teto de gastos em R\$ 795 bilhões, os acordos de negociação com os estados foram feitos, os precatórios foram pagos, os fundos de participação dos estados e dos municípios tiveram um bom aumento com o crescimento da economia e foi aberto um debate sobre renegociação de dívidas com os estados.

Foi aprovada a Reforma Tributária, que moderniza, dá eficiência e corrige distorções do sistema tributário, e o Ajuste Fiscal Sustentável, medidas que organizam as contas públicas de forma racional sem aumentar impostos.

A aprovação desse conjunto de medidas teve a participação do Congresso Nacional num momento elevado da articulação política e do diálogo do Governo com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, mais os líderes dos partidos da base de apoio, assim como os relatores das matérias, na aprovação de todas as propostas encaminhadas ao Congresso. Isso precisa ser reconhecido.

A expectativa é de que esse compromisso republicano e democrático se repita no diálogo que se inicia para aprovação das medidas de aperfeiçoamento do ajuste fiscal.

O Governo Lula tem um Projeto de Desenvolvimento Sustentável com Justiça Social e Ambiental aprovado nas urnas e escolheu investir na reconstrução do país com prioridade na emergência social de erradicação da fome e da pobreza extrema, na economia e na infraestrutura.

Programas sociais foram retomados, ministérios recriados, investimentos e acesso ao crédito ampliados e o país voltou a crescer, a bater



recordes de empregos e de renda, e a inflação controlada. Os indicadores são incontestáveis.

Diferentemente de governos ideologicamente obcecados por cortes brutais de investimentos em políticas públicas, como é o caso de Javier Milei, que levou a Argentina ao desemprego estrutural, a mais de 60% da população à pobreza, e Donald Trump, que também está levando os Estados Unidos à recessão, a mais inflação e ao desmanche institucional do país, com cortes de recursos das políticas públicas, aprofundando ainda mais a desigualdade.

As medidas do Governo Lula de promoção da justiça tributária e de readequação do ajuste fiscal causou grande polêmica, por proteger quem ganha menos e por elevar a contribuição de quem ganha mais.

Isso por que, recentemente, foi enviado ao Congresso Nacional uma Medida Provisória que isenta de pagar imposto de renda quem ganha até R\$ 5 mil. Em seguida foi editado um decreto que aumentou a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em algumas operações, como a compra de moedas estrangeiras e o uso de cartão de crédito no exterior, entre outras.

O alvoroço foi tão grande que resultou na aprovação da urgência de um Projeto de Decreto Legislativo, na Câmara, para anular o decreto do governo. O decreto aumentava, modestamente, alíquotas em outras frentes.

Após reunião com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Hugo Motta, mais os líderes dos partidos da base, com diálogo franco e democrático, foi negociada uma proposta alternativa, na qual prevaleceu avanços na justiça fiscal.

As alíquotas de IOF serão readequadas e reduzidas. A alíquota fixa do IOF aplicável ao crédito à pessoa jurídica cai de 0,95% para 0,38%. O IOF sobre a operação de crédito conhecida como risco sacado (Adiantamento do valor de uma fatura a um fornecedor, assumindo o risco de pagamento do cliente) não tem mais alíquota fixa, apenas a diária, de 0,0082%. Isso significa redução de 80% na tributação do risco sacado.

Essa mudança atende a pleitos de diferentes setores produtivos e financeiros. Para mitigar distorções foi estabelecida uma alíquota fixa de



0,38% na aquisição primária de cotas de Fundos de Investimento em Direito Creditório - FDIC, e outras propostas.

Quanto à Medida Provisória, será padronizada a tributação incidente sobre aplicações e instituições do sistema financeiro. Será ampliada a possibilidade de compensação entre ganhos e perdas. A compensação da renda variável poderá ser feita entre diferentes tipos de investimento no sistema financeiro. Não se trata de tributação.

Na busca de isonomia e simplificação tributárias, passará a incidir imposto de renda, com alíquota de 5%, nas novas emissões de títulos que hoje são isentos, como LCA, LCI, CRI, CRA e debêntures incentivadas.

Em relação aos demais títulos, sobre os quais já incide imposto de renda, haverá harmonização tributária: independentemente do tempo de investimento, o imposto de renda será de 17,5%. Ou seja, nada muda na tributação da caderneta de poupança.

No caso das instituições do sistema financeiro, as alíquotas de CSLL (Contribuição Sobre Lucro Líquido), hoje vigentes, não sofrerão majoração. O que a Medida Provisória muda é a distribuição das instituições entre as alíquotas já existentes. Nas apostas esportivas, a tributação sobre o faturamento das bets será elevada de 12% para 18%, mas nada muda para os prêmios pagos ao apostador e para o imposto de renda e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) cobrada da empresa. Esse aumento será destinado a ações da saúde.

A Medida Provisória também prevê o combate a agentes ilegais, sem autorização, coíbe compensações abusivas de crédito tributário e aumento de compensações tributárias ilegais.

A Medida Provisória traz também ajustes relevantes das despesas públicas. As medidas englobam a inserção do programa Pé-de-Meia no piso constitucional da educação, mudança nas regras do Atestmed (serviço digital do INSS para solicitação de benefícios por incapacidade temporária), sujeição à dotação orçamentária da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social, os regimes de previdência dos servidores públicos e, em relação ao Seguro Defeso (Surpreendentemente, cresceu 57% neste ano, com indícios de fraude), ajustes nos critérios de acesso e sujeição à dotação



orçamentária.

Reducir a desigualdade começa pela redução dos privilégios de classe. Quem ganha mais deve pagar mais. Quem ganha menos deve pagar menos ou serem isentos.

O que provocou tamanha reação foi o fato de isentar de imposto de renda quem ganha até R\$ 5 mil e em seguida editar um decreto que aumentou a alíquota do IOF, para que os ricos dessem sua contribuição. Esse debate terá que ser enfrentado antes que seja tarde. A hiperconcentração de renda no ritmo acelerado e o aumento da pobreza alargando a base da pirâmide poderá levar o Brasil ao abismo.

Precisamos superar nossa herança colonial, nossas pendências históricas, fazer justiça fiscal, reduzir a desigualdade, construirmos um país democrático, justo e livre, sem pobreza, ambientalmente equilibrado, com pessoas dignas, que possam se orgulhar do país que vivem.

Muito obrigado!